

Coleção Educação em Ciências

Ana Cristina de Albuquerque
Ana Carolina Simionato Arakaki
Organizadoras

Questões Teórico-Epistemológicas Para a Ciência da Informação

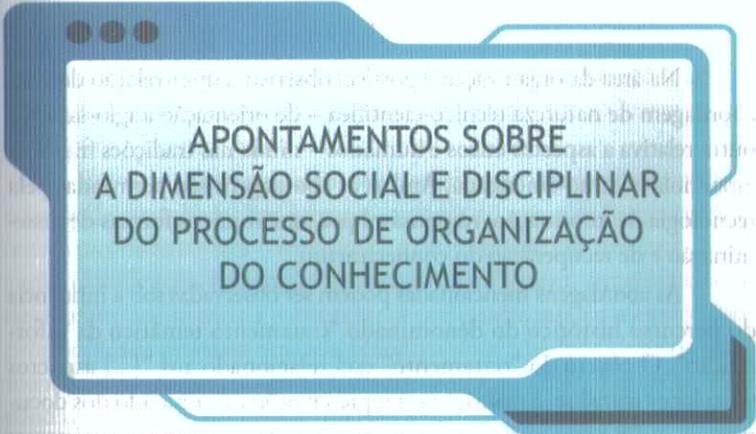
Possibilidades e Contribuições



Editora UNIJUÍ

Ijuí

2020



APONTAMENTOS SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL E DISCIPLINAR DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Rodrigo Rabello

INTRODUÇÃO

A área da organização destaca-se na Ciência da Informação por trazer reflexões teóricas acerca das concepções e métodos que caracterizam a atividade mediadora entre a produção e o uso de informação e de conhecimento. O emprego das expressões “Organização do Conhecimento” e “Organização da Informação”, comumente observado na literatura da área, sugere certo impasse quanto ao nome para designar a disciplina. Ademais, às duas expressões tem-se acoplado frequentemente a palavra “representação”, a qual remete aos produtos documentais demandados pelo processo de organização.

A expressão “Organização do Conhecimento” (*Knowledge Organization*) tem se sobressaído, seja por ter sido oficialmente adotada pela *International Society for Knowledge Organization* – Isko – seja por considerar o termo “conhecimento” equivalente a uma “informação” contextualizada por sua “produção” (ato intelectual, racional), por sua “materialização” (registro num suporte) e por seu “uso” (atribuição de valor documental ao objeto seguida de sua leitura, apreensão, etc.).

O primeiro pesquisador a utilizar a expressão “Organização do Conhecimento” foi Henry Evelyn Bliss, concebendo-a como campo disciplinar autônomo. Da obra de Bliss merecem destaque os livros *The Organization of Knowledge and the System of Sciences*, de 1929, e *Organization of Knowledge in Libraries and the Subject Approach to Books*, de 1933, que são considerados marcos para a área (Dahlberg, 1995, p. 10). Nessa direção registram-se, ainda, as teses acadêmicas de Dagobert Soergel, que em 1971 defendeu a relação da organização do conhecimento com a documentação, e de Ingetraut Dahlberg, que em 1973 preocupou-se com as bases teóricas da área.

Na área da organização é possível observar a inter-relação de uma abordagem de natureza técnico-científica – de orientação anglo-saxã – e outra relativa a aspectos éticos e humanos – nítida nas tradições francesa, espanhola e latino-americana. Ambas as abordagens são permeadas pela tecnologia de informação, responsável por maximizar as formas de disseminação e de recuperação do conhecimento.

As abordagens mencionadas podem ser observadas sob a influência do percurso histórico do denominado “tratamento temático da informação”. O objeto do “tratamento” está relacionado aos “[...] aspectos vinculados à análise, à descrição e à representação do conteúdo dos documentos, assim como suas inevitáveis interfaces com as teorias e os sistemas de armazenamento e recuperação da informação” (Barité, 1998, p. 124).

Diante da natureza mediadora entre produção e uso da informação, observa-se que o “tratamento temático da informação” vem construindo o seu referencial teórico-metodológico a partir de três correntes: a catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de influência estadunidense; a indexação (*indexing*), de influência britânica, e a da análise documental (*analyse documentaire*), de influência francesa (Guimarães, 2008).

À luz dessas orientações teóricas torna-se necessário contextualizar o processo “organização” àqueles de interesse de estudo da Ciência da Informação em sua relação com o fenômeno “informação”. Tais processos são: produção, organização, recuperação, disseminação, acesso e uso da informação. A informação é investigada pela Ciência da Informação tanto no percurso da produção e organização para o uso – disseminação – quanto no percurso que considera o uso, sob a pressuposição do sistema organizado, para se chegar à informação registrada – recuperação. Em ambos os percursos as tecnologias de informação apresentam-se como importantes instrumentos para automação do “sistema informativo-documental” e para a otimização de produtos e serviços de informação mediante as possibilidades interativas proporcionadas pelo ambiente virtual da *web*.

Tais percursos ilustram, em cada processo, os objetos de estudo que propiciam delimitar algumas das principais disciplinas observadas sob o espectro da Ciência da Informação. Com exceção do processo “produção” da informação, que é um pressuposto para o desdobramento dos demais, os outros processos têm orientado a construção de distintas disciplinas. Por exemplo, o processo “disseminação” é objeto da Disseminação da Informação; o processo “uso”, que remete a quem utiliza a informação,

é objeto da disciplina Estudo de Usuários; o processo “recuperação” é objeto da Recuperação da Informação e, por fim, o processo “organização” é objeto da Organização do Conhecimento.

Existem outros processos relacionados aos citados que ampliam o leque de disciplinas. Por exemplo, a partir do processo “organização”, outros processos/objetos – como análise (para Análise Documental), indexação, classificação, elaboração de resumos, catalogação, entre outros – se desdobram, acarretando a construção de um quadro teórico-metodológico próprio. Cada processo está relacionado a uma atividade técnico-documental particular com objetivos, funções e procedimentos próprios. Essa condição contribui para que o processo seja o referencial direcionador para a construção e a delimitação da disciplina. Nesse caso, o processo ocupará o lugar do principal objeto de seu estudo.

Nessa direção, o processo “organização” tem se apresentado como uma atividade intelectual de interesse da Ciência da Informação. Considerando a reflexão sobre esse processo, situada numa etapa mediadora entre a produção e o uso do conhecimento, objetiva-se apresentar alguns apontamentos sobre aspectos relacionados à construção disciplinar da área de organização, explicitando, sobretudo, a sua função social. Longe, portanto, da pretensão de trazer um resgate exaustivo da história da disciplina, pretende-se evidenciar uma relação imanente entre o objeto “organização” e sua função social, algo que auxilia a entender a necessidade de existir um espaço do saber, uma disciplina, para a investigação dos fenômenos envolvidos.

Para tanto será apresentada uma orientação distinta daquela empregada outrora por Rabello e Guimarães (2006). A perspectiva aqui abordada considerará o “processo” como objeto definidor da disciplina, deslocando a um segundo plano outros objetos, como “conhecimento”, “informação” e “documento”. Parte-se da hipótese de que embora tais conceitos ocupem um lugar secundário quando comparados ao objeto “organização”, eles são imprescindíveis à disciplina, uma vez que auxiliam a compreender as diferentes ênfases ou estágios do processo, ou seja, ilustram a sua configuração num tempo histórico e estão diretamente relacionados à dimensão social há pouco mencionada.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Com o desenvolvimento da escrita e das suas formas técnicas de produção e reprodução documental – em particular, após a invenção dos tipos móveis gutenberguianos – foi possível ampliar as formas de trans-

missão do conhecimento acumulado às gerações posteriores. O advento da imprensa apresentou-se como o “divisor de águas” para uma nova relação entre homem e conhecimento.

A mudança qualitativa na relação entre homem e conhecimento foi estudada por Burke (2003) em sua “história social do conhecimento”. O historiador investigou o início do período moderno – de 1450 a 1750 – e constatou uma carência de estudos sobre a temática nesse intervalo de tempo. Esse período, na Europa, foi marcado pelas revoluções culturais, científicas e filosóficas e pelo surgimento da imprensa tipográfica e da publicação da primeira enciclopédia.

O desenvolvimento das técnicas de impressão foi marcante, pois estimulou a convergência dinâmica de diversos tipos de conhecimentos historicamente imprescindíveis para o avanço na produção, expressão, expansão, apreensão e disseminação do conhecimento para uma infinidade de mudanças significativas no plano sociocultural.

O desenvolvimento técnico impulsionou, portanto, o incremento na produção e registro intelectual. Somado ao aumento numérico nos acervos, destaca-se a ampliação da função da biblioteca, que deixou de ser simplesmente um espaço do silêncio e da leitura e passou a ser, complementarmente, um lugar de sociabilidade de ideias e de intercâmbio de informações, como já ocorria noutros espaços públicos.

Com a criação da enciclopédia revolucionaram-se as possibilidades de pesquisa com uma inovadora forma de “recuperação da informação”, influenciando uma nova etapa do “consumo de cultura” e do “comércio do conhecimento”. O desenvolvimento da enciclopédia trouxe, ainda, os princípios de organização do conhecimento que influenciaram, mais tarde, a criação dos primeiros sistemas de classificação documental, notadamente nos séculos 19 e 20.

Concomitantemente ao desenvolvimento da “indústria editorial”, o consequente aprimoramento da técnica de produção do livro – popularizado por sua praticidade de manuseio, qualidade de impressão, entre outros aspectos – transformou este objeto no até então mais importante meio de registro e de disseminação de conhecimento.¹

¹ Ao se questionar se o livro seria um objeto da cultura ou uma simples mercadoria da indústria editorial, García-Moreno (2002, p. 229) argumenta que “[...] a cultura e a indústria editorial não são incompatíveis [...] Sem a indústria editorial, o livro e a cultura que representa estariam limitados a uma elite, como estiveram até a aparição da imprensa, que foi, no final das contas, que permitiu o surgimento da produção industrial de livros e sua comercialização massiva.” (tradução livre). A importância do livro impresso ainda perdura, apesar do seu convívio ou da sua adaptação a mídias diversas, como é o caso da mídia eletrônica.

No século 19 o desenvolvimento da citada indústria permitiu que houvesse a produção documental em grande escala. O aumento da produção de documentos levou à dificuldade de organizá-los, causando um problema social no tocante à recuperação do conhecimento científico produzido e acumulado (Woledge, 1983). Nos Novecentos, os idos do cientificismo foram impulsionados pelo reconhecimento de que a recuperação do conhecimento previamente organizado seria necessária para a criação de novos saberes.

Nesse contexto, foram criadas e difundidas iniciativas voltadas ao tratamento com vistas à organização dos documentos para a sua recuperação e uso. Esse período de aprimoramento técnico-documental tem como pioneiro o bibliotecário estadunidense Melvil Dewey, que criou o sistema de Classificação Decimal de Dewey – CDD – com o objetivo de facilitar a organização do material bibliográfico nas bibliotecas.

Paralelamente à preocupação com os livros nas bibliotecas, o aprimoramento técnico-documental necessitou sintonizar-se às demandas da especialização do conhecimento que encontrou no periódico um dos principais meios de comunicação científica, assim como o são considerados até hoje.

A partir desse momento as bibliotecas não deveriam ser concebidas simplesmente como estoque de livros. Iniciou-se uma reflexão sobre a recuperação da documentação organizada mediante o seu conteúdo. Segundo explica Fayet-Scribe (2001, p. 14), a preocupação com a comunicação científica modificou a concepção das unidades documentais quando entendeu que esta unidade não seria “[...] mais o livro, mas o artigo no interior do documento”.

Em outras palavras, a comunicação científica influenciou a noção de “livro” tal qual era concebido pela Biblioteconomia “clássica”. Se, por um lado, no entendimento “clássico” o livro era concebido como uma unidade do conhecimento, por outro a noção de periódico trouxe luz à pluralidade de assuntos desmembrados em artigos. A concepção de periódico científico ampliou os horizontes para o tratamento documental ao mostrar que o livro também pode ser observado e tratado, documentalmente, considerando a diversidade de assuntos.

Com o aumento da importância dos periódicos científicos cresceram as iniciativas de elaboração das bibliografias especializadas. Tais iniciativas acompanharam o amplo desenvolvimento das ciências, ganhando maiores proporções num momento em que as bibliografias eram elaboradas com o patrocínio de associações de pesquisadores.

Foi nesse contexto que Paul Otlet iniciou suas primeiras reflexões sobre a prática da organização bibliográfica, ainda no final do século 19. Ao catalisar as demandas pelo conhecimento científico de sua época, além do trabalho de articulação política, por meio da criação de associações e instituições voltadas ao tratamento documental, o autor belga elaborou vários textos publicados em periódicos e apresentados em eventos, que resultaram na sistematização teórica, em 1934, do *Traité de Documentation*, obra que traz os fundamentos disciplinares da Documentação.

Após fundar a Oficina Internacional de Bibliografia, em 1892, e o Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895, Otlet criou o Repertório Bibliográfico Universal, que seria um instrumento que permitiria o acesso ao conhecimento registrado produzido em âmbito internacional. Segundo Otlet (1934, p. 381, tradução nossa), o Repertório Bibliográfico Universal foi concebido como um “[...] catálogo no qual se registra integralmente e se classifica toda a produção intelectual, com a forma de um inventário (o que o faz muito acessível para todas as pessoas e para todos os fins)”.

A organização do conhecimento registrado seria possível mediante a sua classificação prévia por meio da Classificação Decimal Universal – CDU – criada com base na CDD, de Dewey. Com esse sistema, hipoteticamente seria possível, segundo Otlet (1934, p. 381), classificar todos os “[...] conhecimentos [que] aparecem representados em todo seu ciclo: a enciclopédia do saber”.

Com a CDU, não apenas os livros, mas qualquer documento poderia ser classificado. A CDU fundamentou a já mencionada necessidade de se considerar o livro um conjunto de assuntos passíveis de serem desmembrados para fins de organização e recuperação de seu conteúdo. Ademais, ampliou-se o conceito de documento, pois, a partir de então, foram considerados os conteúdos documentais expressos em diferentes suportes e formatos (fotografias, mapas, entre outros). Com Otlet, o livro deixou de ter uma noção restrita ao ser retomada a concepção ampla de *biblos* da Antiguidade e da Idade Média, em que se consideravam o *logos* passível de ser observado em todos os suportes artificiais do conhecimento (Rabello, 2009).

Além da CDD e da CDU, foram criados outros sistemas distintos das classificações decimais hierárquicas, entre os quais merece destaque a Classificação de Dois Pontos (*Colon Classification*), desenvolvida em 1933 por Shiyali R. Ranganathan. A classificação de Ranganathan foi inovadora por apresentar um esquema de classificação baseado na denominada “análise de facetas”. O objetivo da classificação facetada consiste

em acompanhar as mudanças e a evolução do conhecimento humano, mediante um método analítico-sintético, para cumprir duas funções: 1. permitir a organização dos documentos nas estantes e 2. representar o conhecimento registrado em diferentes áreas. O processo de classificação facetada se constitui em três etapas: 1. análise temática ou conceitual, plano das ideias; 2. tradução, plano verbal, e 3. construção da notação, plano notacional, simbólico (Campos, 2001).

A “teoria da classificação” (*classification theory*) de Ranganathan continua sendo de grande importância para os estudos em Organização do Conhecimento, ganhando maior dimensão notadamente após o seu aprofundamento teórico por autores como Coates, Farradane, Foscett e Vickery. A análise de facetas

[...] possibilitou que os assuntos pudessem ser analisados de diferentes aspectos conforme o contexto ambiental ou temático, trazendo para a classificação e para a Biblioteconomia uma condição teórica que exigiu um relacionamento com outras áreas do conhecimento envolvidas com o objetivo da organização do conhecimento, para o aprofundamento de seus aportes teórico-metodológicos. Isso propiciou a interdisciplinaridade, principalmente, com a Linguística aplicada e a Terminologia, a Informática e a Inteligência Artificial, a Psicologia e os estudos psico-linguísticos na linha cognitivista, a Filosofia e a Semiótica (Fujita, 2001, p. 30-31).

O estudo da análise de facetas foi igualmente importante para o estabelecimento de vocabulários controlados e para a elaboração de tesouros (*thesaurus*). O tesouro é um tipo de “linguagem documental”² que tem como característica conceitual partir de uma ideia em direção às palavras. Os dicionários seguem caminho oposto. Na estrutura do tesouro os termos são relacionados (genericamente) para cobrir um domínio específico do conhecimento. Esse instrumento de indexação tem a função de ser um dispositivo de controle de vocabulário, ou seja, de traduzir conteúdos de acordo com a linguagem do sistema de recuperação da informação.

² A “linguagem documental”, ou “documentária”, é a designação dada ao instrumento de indexação de um “sistema de recuperação da informação”, cuja função consiste em propiciar acesso às informações registradas e organizadas no sistema. A “linguagem documental” torna viável o elo entre a linguagem do usuário (linguagem natural) e a linguagem do sistema (linguagem artificial).

A partir do final da Segunda Guerra Mundial intensificaram-se os trabalhos sobre tesouros. Observam-se, por exemplo, as iniciativas realizadas na década de 60 pela *Armed Services Technical Information Agency* (Astia) e pela *Engineers Joint Council* (EJC), nos EUA. Tais trabalhos motivaram a criação, posteriormente na Alemanha, do Comitê para Pesquisa em Tesouros. Esse Comitê estabeleceu diretrizes de como os tesouros seriam construídos, mantidos e utilizados e foi norteador para a criação de outros tesouros (e livros sobre), pautados em padrões nacionais e internacionais (Dahlberg, 1995, p. 8).

Os tesouros, portanto, foram uma alternativa à representação sistemática de documentos por meio dos sistemas de classificação. Apresentaram-se como um importante instrumental para a representação e organização do conhecimento, valendo-se, num primeiro momento, da tradição da categorização alfabética de assuntos de *Cutter*, sem desprezar as hierarquias classificatórias.

Conforme recorda Ingetraut Dahlberg, a própria autora reconheceu, juntamente com os seus colegas do Comitê Alemão de Tesouros, a existência de falha na concepção dos tesouros elaborados até então – orientados, em grande medida, na abordagem padrão dos sistemas de classificação CDD, CDU, LCC, entre outros – pois não se consideravam as mudanças ocorridas nas línguas nativas, empobrecendo, assim, os sistemas de vocabulário controlado (Dahlberg, 1995).

Tal constatação deu-se a partir dos estudos de Jean Aitchison que inovou ao produzir, em 1968, o primeiro Tesouro Facetado para a Companhia Elétrica Inglesa, tomando-se como referência o *Colon Classification* de Ranganathan e as experiências adquiridas no Grupo Inglês de Pesquisa Classificatória. O avanço parte do diagnóstico de que na

[...] abordagem indutiva da produção de tesouros, começando por termos e desenvolvendo-se nessa base, o conceito agrupa-se com termos relacionados mais abrangentes e mais restritos; assim os seus equivalentes linguísticos, na formação de sinônimos e sinônimos aproximados foram complementados com a análise dedutiva com disciplinas sendo pontos de partida e sua possível estrutura conceitual (Dahlberg, 1995, p. 9, tradução nossa).

A partir desse pressuposto, Dahlberg cria, na década de 70, aquele que seria um marco teórico para a construção de tesouros – a “teoria do conceito” (*concept theory*). Essa teoria foi igualmente criada com base na “teoria da classificação”. A autora buscou na concepção de faceta o fundamento

para a criação de “linguagens documentais”, como os “tesouros terminológicos”. A “teoria do conceito” parte de um esforço teórico de definir “termo” e “conceito” e de defender o emprego de “categorias” para a organização de conceitos. Conforme ressalta Campos (2001), a “teoria do conceito” tem como objeto avaliar a consistência da relação entre linguagem-pensamento-realidade mediante a incorporação do referente na tríade “referente” (objeto) – “característica” (predicações) – “termo” (representação).

Essa então recente perspectiva incentivou Dahlberg e seu grupo a deixarem o Comitê de Tesouro, ficando este a cargo da Sociedade Alemã de Documentação, e a fundarem, em 1977, a Sociedade para a Classificação. A Sociedade passou a considerar como instrumental, em definitivo, a teoria de facetas e a abordagem taxonômica de ordenação de objetos. Após várias reuniões nos fóruns de debate da Sociedade para a Classificação, novamente aconteceu uma dissidência por se entender que a classificação era apenas um processo da organização do conhecimento. De forma mais ampla, passou-se a compreender “organização do conhecimento” como toda a estrutura pela qual o “[...] conhecimento pode ser entendido, organizado, descrito e representado de tal maneira que possa ser acessado de forma apropriada e estar disponível a qualquer um que o procure” (Dahlberg, 1995, p. 9-10, tradução nossa). Com vistas a propalar essas ideias a outros países, em 1989 foi criada a *International Society for Knowledge Organization* – Isko.

A Isko passou a ser, a partir de então, uma importante instituição para o desenvolvimento teórico e para a efetivação da Organização do Conhecimento na condição de disciplina científica de natureza interdisciplinar que se preocupa com as questões de como o conhecimento é tratado, organizado, representado e disseminado. Para esse fim, os seus fóruns internacionais de debate tornaram-se referência na área. Além da própria Dahlberg (criadora da Isko), no contexto da Isko internacional destacam-se pesquisadores como Hjørland, Albrechtsen, Ingwersen, Poli, Olhy, Beghtol, Mc Ilwaine, Janecke, Green, entre outros; já nos capítulos da Isko do eixo ibero-americano, destacam-se Lopez Huertas, García Marco, Esteban Navarro, Barité, Guimarães, para citar alguns.

ASPECTOS DISCIPLINARES E SÓCIAIS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Conforme observado no tópico anterior, a origem das atividades de organização do conhecimento ocorreu com as práticas e atividades de armazenamento e recuperação de documentos “[...] no decorrer de

um processo de aperfeiçoamento da sistematização do conhecimento humano.” Tais atividades alinham-se, em princípio, com o campo biblioteconômico, em particular com a criação de “[...] sistemas de classificação como instrumentos de organização temática de documentos para armazenagem” (Fujita, 2001, p. 29).

O desenvolvimento de tais atividades culminou com a proposição disciplinar, no século 20, da Organização do Conhecimento. Segundo aponta Barité (2001, p. 40), esta é uma disciplina aplicada que se preocupa em produzir subsídios teóricos com vistas a abarcar o continente conceitual adequado às diversas práticas sociais no que diz respeito ao tratamento temático da informação e, de modo menos específico, porém não menos importante, aos estudos de gestão do uso social da informação.

A Organização do Conhecimento tem contemplado, de forma integrada, os fenômenos e as aplicações vinculadas à estrutura, disposição, acesso e disseminação do conhecimento socializado, ou seja, registrado em documentos. A disciplina preocupa-se, portanto, com o acesso ao referido conhecimento, operando com instrumentos de tratamento, gestão e uso da informação registrada ou documental.

De acordo com Hjørland (2003), o conceito de Organização do Conhecimento, pensado no campo da Ciência da Informação, é amplo. Para esse autor, a disciplina pode ser apreendida em sua variedade de sentidos atinentes às atividades intelectuais e técnicas de organização da informação, fornecendo, para tanto, subsídios teóricos com vistas à elaboração de registros bibliográficos. Tais registros têm se apresentado como relevantes ferramentas que otimizam a organização da informação em sistemas informativo-documentais, tais como bibliotecas, centros de documentação, bases de dados *on-line*, entre outros.

No processo “organização”, os atores comumente identificados são: i. “produtores de conhecimento”, cabendo, aqui, uma concepção ampla de autor que pode englobar todos os demais atores; ii. “intermediadores”, profissionais da informação, gestores, bibliotecários, documentalistas, editores, entre outros, ou seja, aqueles diretamente envolvidos ou encarregados do processo de organização, e iii. “comunidade usuária”, composta pelos destinatários/usuários. Estes últimos são os principais interessados em acessar e usar a informação organizada, alimentando o ciclo de se gerar/produzir novos conhecimentos.

Além da participação desses atores, é importante salientar que a Organização do Conhecimento recebe a influência de dois tipos de organização que podem se inter-relacionar, a saber:

- “Organização intelectual do conhecimento” ou “organização cognitiva” – organização do conhecimento em conceitos, sistemas conceituais e teorias. Por exemplo, tem-se o “sistema periódico” em Química, a “taxonomia zoológica” na Biologia.
 - “Organização social do conhecimento” – organização do conhecimento em profissões, acordos, disciplinas, enfim, na organização do conhecimento prevista por convenções sociais (Hjørland, 2003).
- O objetivo da Organização do Conhecimento, segundo Jaenecke (1994), é “ordenar e suprir o conhecimento.” Nesse caso, infere-se a dupla função da disciplina:
- “Função teórico-prática”: relacionada com a produção de conhecimento para pensar o próprio processo de organização;
 - “Função social”: impulsiona a “função teórico-prática” ao objetivo último da disciplina, que é ordenar e contextualizar a massa de conhecimento registrado existente para que esta possa suprir a demanda social por conhecimento.

Tais funções podem ser observadas a partir da análise de Barité (2001, p. 42-53). Em seu modelo teórico o conhecimento realiza-se a partir da informação. O registro do conhecimento ocorre em suportes que posteriormente terão valor documental, permitindo, assim, a sua socialização. A organização do conteúdo documental é operada mediante sistemas de conceitos (com fins científicos, funcionais ou de documentação), sendo pautada por uma tônica artificial, provisória e funcional, com o fim último de promover seu aproveitamento social. Ao socializar-se, o conhecimento novamente se transforma em informação, possuindo estrutura e processo de comunicação abertos, capazes de se transformar ilimitadamente. A partir dessa dinâmica é possível visualizar o “processo cíclico” de produção de conhecimento, organização, recuperação, acesso, uso e produção de novo conhecimento.³

³ Os autores Esteban Navarro e García Marco (1995, p. 147) reforçam essa dimensão social, materializada e cíclica do conhecimento, ao afirmarem que a Organização do Conhecimento é uma “ciência tridimensional”, uma vez que se ocupa dos princípios, métodos e instrumentos utilizados para a gestão do conhecimento humano, sob uma tríplice perspectiva: sua representação, sua organização e sua comunicação documental.

Para ilustrar o percurso sobredito, Barité (2001) apresenta dez premissas que comparam o processo “organização” à dinâmica entre “conhecimento” e “informação”, relacionando ambos os conceitos a outro que determina e torna possível a sua socialização – o “documento”. Tais premissas são:

1. o conhecimento é um produto social, uma necessidade social e um “dínamo social”;
2. o conhecimento realiza-se a partir da informação e ao socializar-se se transforma em informação;
3. a estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto;
4. o conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social;
5. existem “n” formas possíveis de organizar o conhecimento;
6. toda organização do conhecimento é artificial, profissional e determinista;
7. o conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, e admite usos indiscriminados;
8. o conhecimento expressa-se em conceitos, e se organiza mediante sistemas de conceitos;
9. os sistemas de conceitos organizam-se para fins científicos, funcionais ou de documentação e
10. as leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar.

Ao se observar, em especial, as premissas número 1, 2, 4 e 7, foram traçados os seguintes comentários:

- Premissas 1 e 2: infere-se que o conhecimento, na condição de produto social, só poderá ser processado e absorvido ao “socializar-se”. Nesse caso, o registro não seria a maior forma de socialização?
- Premissa 4: quando mencionado sobre a função social relacionada à organização do conhecimento, o conceito de “proveito social” do conhecimento não pressupõe o acesso a estoques materialmente identificáveis?

- Premissa 7: responde às questões anteriores ao considerar que o conhecimento, no contexto da Organização do Conhecimento, é aquele passível de registro em documentos os quais poderão formar um conjunto organizado de informações socialmente disponíveis e que admitem usos indiscriminados.

No contexto da Organização do Conhecimento a noção de “registro” do conhecimento e da informação remete a duas formas documentais distintas, embora mutuamente necessárias para a realização do processo de “organização”:

- a. documento: insumo básico cujo conteúdo será representado e ordenado por meio de instrumentos criados sob a orientação de “linguagens documentais” (tesauros, sistemas de classificação, listas de cabeçalho de assunto, etc.), também subentendidas como “linguagens artificiais” ou “linguagens do sistema de recuperação da informação” e
- b. informação ou registro documental: produto documental, decodificação do conteúdo do documento (índices, notações de assunto, etc.). Forma pela qual o conteúdo do documento assumirá ao ser representado conforme a orientação de uma “linguagem documental”.

O processo de organização pressupõe que em ambas as formas documentais ocorre o registro daquilo que Dahlberg (1993, p. 214) denomina “conhecimento em ação”, movido por um consenso social que permite que a organização e a representação sejam reconhecidas, apreendidas. Tal reconhecimento é o fator decisivo para a geração de um novo conhecimento.

A concepção “social”, “materializada” e “cíclica” de conhecimento compõe enfoques envolvidos no processo “organização”, cuja variedade de fenômenos, expressos na inter-relação de diferentes conceitos – como “conhecimento”, “informação” e “documento” – tem trazido questionamentos teóricos para pensar a dimensão disciplinar da Organização do Conhecimento.⁴

⁴ O estudo de tais conceitos pode contribuir para a fundamentação teórica do processo de organização. De modo específico, para este processo é necessário que se leve em consideração: a) perfil dos usuários do sistema; b) escolha do conteúdo documental a ser indexado; c) nível de especificidade/profundidade de indexação requerida pelo sistema; d) aceitabilidade e confiabilidade dos produtores dos documentos (autores, editores, etc.) contidos no sistema e e) escolha da melhor forma de representação documental (Jaenecke, 1994).

Conforme argumenta Hjørland (2003), historicamente as discussões sobre os problemas conceituais em Organização do Conhecimento surgiram com a criação inicial de construtos muito próximos ao campo da Ciência da Computação. Para o autor, isso pode ter descaracterizado, no início, o desenvolvimento teórico-disciplinar da Organização do Conhecimento.

Ao pensar a Organização do Conhecimento no contexto da Ciência da Informação, Hjørland (2003) argumenta que o conceito “informação” tem sido empregado em estudos sobre controle, retroalimentação, codificação e ruído na transmissão de mensagens. Já o conceito “documento” tem sido direcionado às discussões sobre significado, língua e conhecimento, em campos como os da Epistemologia e da Sociologia.

Segundo argumenta Hjørland (2003, p. 88), o estudo do processo “organização” no âmbito da Ciência da Informação tem focado o “[...] conhecimento documentado produzido por seres humanos em tipos de documento de uso potencial para outros seres humanos”. (tradução nossa).

O “conhecimento”, nessa perspectiva, pode ser pensado como um conjunto complexo de informações que podem ser objetivadas em um suporte para lhe dar a materialidade que possibilitará toda a praticidade documental conhecida – permanência no tempo, manuseabilidade, possibilidade de organização, entre outros aspectos. Para o processo de organização, o valor documental do objeto pressupõe a condição *sine qua non* para a socialização do conhecimento registrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ênfase no “processo” como principal objeto da disciplina Organização do Conhecimento esclarece a sua posição no campo da Ciência da Informação. Conforme observado e partindo do processo “organização”, torna-se possível investigar outros processos que remetem a outras disciplinas – tais como: Análise Documental, Indexação, Classificação, Catalogação, Elaboração de Resumos, etc. – em que se observam, em maior ou menor grau, a articulação entre os conceitos “conhecimento”, “informação” e “documento”.

Infere-se que no processo de “organização” há uma linha conceitual tênue entre “conhecimento”, “documento” e “informação”. Nessa direção, no processo “organização do conhecimento” está implícito o entendimento do conceito “conhecimento registrado” com uma dimen-

são semântica próxima ou interdependente ao conceito de “documento”, que é constituído de “informações”, ou conteúdos, passíveis de serem organizados e recuperados. Isso porque, sob essa perspectiva, o “conhecimento” se materializa no “documento” e por meio dele se socializa para a transmissão da “informação”, subentendida como “conteúdo documental” passível de ser tratado e organizado para ser recuperado e, enfim, aproveitado para o uso.

À luz da importância atribuída pela sociedade contemporânea – por vezes denominada Sociedade da Informação ou do Conhecimento – à referida socialização da informação, é possível compreender minimamente o porquê do impulso histórico que motivou o desenvolvimento do quadro teórico-metodológico que culminou na proposição disciplinar da Organização do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BARITÉ, M. *Referenciales teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información y su expresión metodológica*. Porto Alegre: ABEED, 1998. 7 p. [Relatório técnico do II Encontro de Dirigentes dos cursos superiores de Biblioteconomia dos países do Mercosul, Buenos Aires, 27-29 nov. 1997].
- BARITÉ, M. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (org.). *Educación, universidad e pesquisa*. Marília: Unesp, 2001. p. 35-50.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CAMPOS, M. L. A. *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói: EdUFF, 2001. 133 p.
- DAHLBERG, I. Current Trends in Knowledge Organization. In: GARCÍA MARCO, F. J. (ed.). *Organización del Conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza, España: Isko, 1995. p. 7-25.
- DAHLBERG, I. Knowledge Organization: its scope and possibilities. *Know. Org.*, v. 20, n. 4, p. 211-22, 1993.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. *Scire*, v. 1, n. 1, p. 149-157, ene./jun. 1995.
- FAYET-SCRIBE, S. *Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information: 1895-1937*. Paris: CNRS, 2001.
- FUJITA, M. S. L. Organização do conhecimento: algumas considerações para o tratamento temático da informação. In: CARRARA, K. (org.). *Educación, universidad e pesquisa*. Marília: Unesp, 2001. p. 29-34.

GARCÍA-MORENO, P. C. ¿El libro: cultura o industria editorial? In: RIBOT GARCÍA, L. A. (coord.). *El libro, las bibliotecas y los archivos en España: a comienzos del Tercer Milenio*. Madrid: Sociedad Estatal; España Nuevo Milenio, 2002. p. 227-235.

GUIMARÃES, J. A. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocações com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (Isko). *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)*, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2008.

HJØRLAND, B. Fundaments of Knowledge Organization. *Know. Org.*, v. 30, n. 2, p. 87-111. 2003.

JAENECKE, P. To What end Knowledge Organization. *Know. Org.*, v. 21, n. 1, p. 3-11, 1994.

OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. p. 372-431.

RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB): a Dimensão Epistemológica da Ciência da Informação e suas Interfaces Técnicas, Políticas e Institucionais nos Processos de Produção, Acesso e Disseminação da Informação, 7., 2006, Marília. *Anais [...]*. Marília: Fapesp, 2006.

RABELLO, R. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*. 2009. 331 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/58592>. Acesso em: 25 maio 2014.

WOLEDGE, G. "Bibliography" and "Documentation": words and ideas. *Journal of Documentation*, v. 39, n. 4, p. 266-279, 1983.

UM OLHAR ANTERIOR: O Conceito de Classificação em suas Bases Históricas

Ana Cristina Albuquerque

INTRODUÇÃO

Desde que um homem nasce, a partir de seu primeiro momento de vida, sofre a imersão em um sistema que hierarquiza e denomina, determinado por códigos sociais que expõem a cultura de uma sociedade, e que irá classificar, de diversas formas, ao longo da vida dessa pessoa, tudo o que vier a existir ao seu redor. Também, o sujeito com o conhecimento subjetivo do mundo irá apropriar-se de formas de nomear e classificar o seu universo. Cada grupo social tem maneiras de expor sua cultura e tradição e de se relacionar com o mundo.

Para perpetuar esses fatores, as classificações agem sobre o contexto social de forma a permitir o reconhecimento de ações e padrões que estão dispostos entre os seres e as coisas. As classificações nas sociedades, sejam elas primitivas ou modernas, constituem relações e perspectivas hierarquizadas que constroem os conjuntos que representam códigos exclusivos de determinadas culturas.

Antes de tudo, a classificação é instintiva, mesmo sendo uma atividade intelectual. Classificamos de forma natural, reconhecendo, desde criança, relações de semelhança, em estágios que Piaget (Gil, 2001, p. 94) divide em três: para uma criança, é possível perceber passo a passo o universo cheio de imagens e objetos onde vive, construindo suas "coleções figurais".

Com o tempo, essas relações deixam de ser "apenas figurais e obtém-se gradualmente a distinção entre 'alguns' e 'todos', isto é, a noção de classe" (Gil, 2001, p. 95), que gera, por fim a noção de hierarquia,